

Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

59

**JULHO – SETEMBRO
1990**

BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANÍBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Boletim de Pastoral Litúrgica

Seminário de Aveiro — 3800 Aveiro

Telef.: 034 - 22172

Condições de assinatura anual:

	Via normal	Via aérea
Portugal e Países de língua portuguesa	700\$00	1.300\$00
Outros países estrangeiros	850\$00	1.600\$00
Este número	200\$00	—

JULHO — SETEMBRO

59

ANO XV

Apresentação

A Dedicção da Igreja e do Altar

José Ferreira

O Mistério do Templo e Liturgia

Fr. João Lourenço

Congregação do Culto Divino e da
Disciplina dos Sacramentos

III Encontro das Comissões Episcopais
de Liturgia dos Países de Língua Portuguesa

XVI Encontro Nacional

Pontifical da Dedicção

Livro das Bênçãos

Cantoral Litúrgico Nacional

Composto e Impresso na Tipografia «A Lusitânia» - Aveiro — 1.000 ex.

Cada número do Boletim que sai é, além da formação que procura fazer e das informações que dá, um elo de ligação com as pessoas mais interessadas na vida litúrgica do nosso País. São em número aproximado de um milhar os seus assinantes que se encontram dispersos pelas quatro partidas do mundo. Se a maior parte deles vive no Continente e nas Regiões Autónomas, como é natural, também temos leitores em todos os Países de Língua Portuguesa e noutros ainda onde a presença dos nossos emigrantes ou missionários se faz sentir pelo dinamismo do seu trabalho ou pelo sentido da sua missão evangelizadora.

*A recente publicação do **Pontifical da Dedicção da Igreja e do Altar** explica a continuação do artigo do Cón. José Ferreira que nele descreve com beleza e entusiasmo os ritos da dedicação e comenta, como poucos seriam capazes de o fazer, o simbolismo dos gestos e a transcendência maravilhosa dos textos que o Pontifical utiliza na dedicação das igrejas e dos altares.*

Este mesmo tema do templo começa a ser desenvolvido pelo P. Dr. João Lourenço, OFM, não já a partir do Pontifical mas dos textos bíblicos. É uma reflexão bíblica e teológica que nos transporta às origens e nos mostra como o templo foi concebido desde o início como a habitação de Deus sobre a terra. O templo judaico é figura do novo templo espiritual, onde se realizará o novo culto, já que "o Verbo Se fez carne e habitou entre nós".

Revestem-se de grande importância as notícias que damos neste número. A alteração introduzida pela Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos no n.º 5 das "Normas Universais do Ano Li-

túrgico e do Calendário" chama a nossa atenção para o valor do domingo que "apenas cede a sua celebração às solenidades e às festas do Senhor", mas que no Advento, na Quaresma e na Páscoa tem precedência sobre todas as festas do Senhor e sobre todas as solenidades.

As solenidades que ocorrem nestes domingos serão transferidas para a segunda-feira seguinte. Outrora, estas solenidades eram antecipadas para o sábado anterior. O objectivo desta alteração é a celebração integral do domingo, já desde o sábado, sem interferências que levem a desvalorizar o primeiro lugar que o mistério pascal de Cristo ocupa na piedade do povo cristão, como tão bem explica o Dr. Leão Cordeiro no comentário a este Decreto da Congregação.

A notícia do III Encontro das Comissões Nacionais de Liturgia dos Países de Língua Portuguesa efectuado em Luanda, de 7 a 11 de Agosto pp., mostra em síntese a existência de um trabalho de fundo, que teve o seu início nas terras brasileiras da Senhora Aparecida em 1985, à sua continuação sob a protecção da Nossa Senhora em Fátima há dois anos, e agora tem mais um padrão na capital de Angola. Este trabalho constitui um esforço comum e, com a recente aprovação e confirmação das fórmulas sacramentais, começa a revelar contornos mais definidos e a ser o alicerce de um edifício que interessa à Liturgia e também, noutro plano, à Língua Portuguesa.

O breve relato do XVI Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica dá conta de uma actividade que o Secretariado realiza anualmente desde 1975 e contribui eficazmente para a formação litúrgica de muitos padres, religiosos, religiosas e leigos do nosso país.

A Dedicção da Igreja e do Altar

(Continuação)

O rito da dedicação

II — A Liturgia da Palavra

Já nos habituámos a que as acções rituais mais importantes, como é o caso da dedicação, sejam precedidas de uma liturgia da palavra de Deus, segundo o binómio fundamental de toda a liturgia: Palavra e Rito. A palavra dá sentido ao rito, e o rito faz a encarnação da palavra.

A primeira liturgia da palavra celebrada na nova igreja vai ser introduzida com um rito de inauguração simples mas eloquente, que desde logo nos fez compreender que a Liturgia da Palavra é mais do que uma simples informação à assembleia, mais do que uma lição de carácter didáctico. É ela que dá o sentido ao rito, é a palavra que faz compreender, na sua verdadeira perspectiva salvífica, o rito que se lhe vai seguir. Assim dois leitores, um dos quais leva o Leccionário da Missa e o *salmista* vêm junto do Bispo. Este, de pé, recebe o *Leccionário* das mãos do leitor e apresenta-o à assembleia do povo de Deus, com estas palavras solenes:

Seja proclamada sempre nesta casa a palavra de Deus, que vos revele o mistério de Cristo e realize a vossa salvação na Igreja.

Em seguida, o Bispo entrega o *Leccionário* ao primeiro leitor; este juntamente com o outro leitor e o *salmista* dirigem-se, os três, para o *ambão*, levando o *Leccionário* de modo que todos o vejam (53).

Notemos aqui, de passagem, a importância dada à *Palavra de Deus na assembleia litúrgica*. É aí que ela aparece como palavra viva, ressoando aos ouvidos de todos os que se integram na assembleia, "pois é o próprio Cristo quem fala quando na Igreja se lêem as Sagradas Escrituras". Repare-se que é o próprio Bispo, como presidente da assembleia, que confia o *Leccionário* ao leitor. Repare-se ainda na coroa dos ministros da palavra em volta do Bispo, os leitores e o *salmista*, pois que também este é ministro da palavra de Deus e pelo mesmo título que os leitores. Observe-se também aquela condução do livro do Bispo até ao *ambão*, e bem à vista de todos. Este gesto só vai acontecer uma vez

na história de cada igreja, no dia da sua dedicação; mas o mistério que ele revela e a catequese que dele agora é feita não poderá nunca mais ser esquecida dos que, no futuro, ali hão-de ouvir e cantar a palavra de Deus.

Com este gesto se inaugura o lugar da palavra, o ambão, que será um dos lugares perpetuamente presentes na igreja.

A celebração terá *três leituras* tiradas do Leccionário das Missas Rituais; mas a primeira leitura será sempre, mesmo no Tempo Pascal, a passagem do Livro de Neemias (*Ne* 8, 1 - 4 a. 6, 8-10), em que se descreve a assembleia do povo, em Jerusalém, reunida em volta do escriba Esdras para ouvir a proclamação da lei de Deus (12 e 54), à qual se segue o salmo 18 com o refrão: *As vossas palavras, Senhor, são espírito e vida*. Outrora o povo de Jerusalém, reiniciando as suas assembleias depois do regresso de exílio, hoje a assembleia que faz a dedicação da sua igreja nova, são duas situações semelhantes, em que a mesma palavra de Deus convoca o povo, fala ao povo, dele escuta a resposta de aceitação, para logo selar a aliança com o sacrifício.

São estes, de facto, os elementos sempre presentes nas assembleias do povo de Deus, nas quais se faz a renovação da aliança:

- Deus chama e convoca;
- Deus fala ao seu povo;
- O povo escuta, acolhe e responde;
- O sacrifício ou outro gesto sagrado sela a Aliança.

"Para o *Evangelho* não se levam luzes nem incenso"; esses elementos festivos irão aparecer dentro em breve, nos ritos que acompanham a dedicação do altar (54).

Segue-se a *homília* em que o Bispo "explica tanto as leituras bíblicas como o sentido do rito" (13 e 55).

A *Oração Universal* vai ser substituída pela Ladaíinha dos Santos (13 e 56).

III — Os ritos da dedicação

Seguem-se agora os ritos próprios da dedicação.

1. A oração litânica

Como em outros casos semelhantes, a solene Oração da Dedic-

ção vai ser antecedida pela tão popular oração de intercessão que é a *Ladaíinha dos Santos*. Assim, toda a assembleia responde em oração à palavra que escutou na proclamação da mesma, e entra desde já em clima de oração mais intensa, que vai encontrar o seu ponto culminante na Oração de Dedicação, dita pelo Bispo logo a seguir. Ao domingo e no Tempo Pascal a ladaíinha diz-se de pé.

2. A deposição das relíquias

Poucas serão hoje as igrejas que podem obter relíquias de Santos sobretudo de Mártires, nas condições requeridas, para serem depositadas debaixo do seu altar. Se as houver, é agora o momento de fazer a sua deposição. Neste caso, o diácono ou um presbítero traz as relíquias ao Bispo que as encerra no sepulcro oportunamente preparado para as receber, debaixo do altar; entretanto, canta-se uma antífona, por exemplo: *Os corpos dos Santos foram sepultados em paz e o seu nome vive eternamente*, com o salmo 14: *Quem habitará, Senhor, no vosso santuário?*

No fim, um operário fecha o sepulcro (n. 61).

O rito foi agora simples; mas após a Vigília de oração junto das relíquias, depois da procissão a caminho da nova igreja, integrando naquela assembleia em marcha, orante e festiva, as relíquias dos Santos, o rito da deposição debaixo do altar toma significação grandiosa, pois significa que "o sacrifício dos membros teve a sua origem no sacrifício da Cabeça", Cristo, conforme a palavra de S. Ambrósio: "Sucedem-se as vítimas triunfais no lugar onde Cristo é a vítima. Mas sobre o altar, Aquele que sofreu por todos. Debaixo do altar, estes, que foram remidos pela sua paixão". A quem não vem logo à mente a passagem do Apocalipse: "Vi sob o altar as almas dos que haviam sido degolados por causa da palavra de Deus e do testemunho que mantinham"? (Ap. 6,9).

"O cofre das relíquias não deve ser colocado nem em cima do altar, nem dentro da mesa do altar", como acontecia ainda em tempos recentes, "mas tendo em conta a forma do mesmo, deve ser colocado debaixo do altar" (5 c).

3. A Oração da Dedicação

Como já ficou dito, "a celebração da Eucaristia é o rito mais importante e o único necessário para dedicar a igreja; no entanto,

segundo a tradição comum da Igreja, quer do Oriente quer do Ocidente, diz-se também a *Oração da Dedicção*, na qual é significada a intenção de dedicar a igreja ao Senhor para sempre e se pede a sua bênção" (15).

Depois da deposição das relíquias dos Santos, ou, se esta se não faz, logo depois da Ladaíinha, o Bispo de pé, na cátedra ou junto do altar, de braço abertos, diz, em voz alta a Oração da Dedicção.

É uma oração do tipo das grandes orações de consagração, por isso chamadas *orações consecratórias*, de que são outros exemplos, a oração da bênção da água baptismal, do óleo do crisma, a bênção dos esposos, o precónio pascal e, acima de todas, a Oração Eucarística da Missa, embora aqui a estrutura tenha certos elementos muito próprios.

A actual Oração da Dedicção (62 e III 22) é uma composição recente, mas inspirada em textos antigos, neste caso, no prefácio da dedicação da liturgia ambrosiana. A oração reveste, desde o início, a expressão do louvor: "*Senhor... é nosso dever proclamar o vosso nome com cânticos de festa*", e exprime claramente a intenção que inspira toda a celebração: *porque hoje o vosso povo fiel quer dedicar-Vos, para sempre, num rito solene, esta casa de oração, para aqui Vos adorar, e se instruir com a vossa palavra e se alimentar dos vossos sacramentos.*

E logo a oração como que se extasia diante do mistério da Igreja de Cristo, de que o tempo material é, de algum modo, sinal visível, enquanto nele se reúne a assembleia do povo de Deus: *Esta casa anuncia o mistério da Igreja, santificada pelo Sangue de Cristo, que Ele quis apresentar a Si mesmo como Esposa gloriosa, Virgem admirável na integridade da fé, Mãe fecunda pelo poder do vosso Espírito.* E estamos a ver passar diante dos nossos olhos as imagens bíblicas da Igreja, que, ao mesmo tempo, revelam e ocultam o seu mistério divino.

As imagens bíblicas continuam a desfilar, como numa teoria ao mesmo tempo cheia de frescura, como na Bíblia elas se apresentam, e hieráticos, como a nossa fé é capaz de a conceber: *Igreja santa, vinha eleita do Senhor, que ao mundo inteiro estende os seus ramos, e, suspensos da árvore da cruz, os ergue até ao reino celeste. Igreja feliz, morada de Deus com os homens, templo santo, construído de pedras vivas... Igreja excelsa, cidade erguida no alto do monte... onde a lâmpada do Cordeiro brilha sem cessar e ressoa, agradecida, o cântico dos bem-aventurados.* Foi o tempo da anamnese, da evocação agradecida, da contemplação do mistério que se revela em todas estas imagens.

E passamos à epiclese, à súplica para que, ao recordar o passa-

do, ele como que se torne, de novo, presente e seja de hoje. *Por isso, humildemente vos pedimos, Senhor: derramai sobre esta igreja e este altar a vossa bênção celeste; seja esta casa lugar para sempre santificado, e este altar, mesa continuamente preparada para o sacrifício de Cristo.* São depois enumerados os benefícios que os homens virão buscar a esta casa de Deus: *Aqui sejam destruídos os pecados dos homens pela torrente da graça divina. Aqui, os vossos fiéis, ...celebrem o memorial da Páscoa e sejam alimentados no banquete da palavra e do Corpo de Cristo. Aqui ressoe jubilosa a oblação de louvor... Aqui encontrem os pobres a misericórdia... e todos os homens se revistam da dignidade de filhos vossos até chegarem, exultantes de alegria, à Jerusalém do alto, a cidade do céu.*

É preciso ouvir o texto por inteiro, mas ouvi-lo na celebração, porque a liturgia não é um simples desfilar de palavras e de gestos, mas oração, cujas palavras e gestos só vivem quando se dizem e se fazem na celebração da assembleia celebrante.

Se em vez da dedicação da igreja, se estivesse a fazer apenas a dedicação do altar — que não é possível comentar agora aqui em pormenor — em lugar desta Oração da Dedicação, far-se-ia outra (IV, 48), relacionada só com o altar, não menos bela e igualmente cheia da evocação de acontecimentos bíblicos através dos quais se pode penetrar no mistério do altar: *Nós Vos glorificamos, Senhor, ... porque... quisestes que, passado o tempo das figuras, o mistério do altar atingisse a perfeição em Cristo. Foi assim que Noé... Vos ergueu um altar e ofereceu um sacrifício... Abraão... ergueu um altar para sobre ele imolar Isaac... Também Moisés... edificou um altar que, aspergido com o sangue do cordeiro, prefigurava o altar da cruz. Todas estas figuras Cristo as realizou no seu mistério pascal. Derramai agora... sobre este altar a vossa celeste santificação, para que ele se torne a mesa do Senhor. Seja esta pedra, para nós, sinal de Cristo... Seja a mesa da festa aonde acorrem... os convivas de Cristo. Seja lugar de íntima comunhão convosco e de paz... Seja fonte de unidade da Igreja e de concórdia entre os irmãos. Seja o centro do nosso louvor e da nossa acção de graças...*

4. Unção do altar e das paredes da Igreja

Num e noutro caso, na dedicação da igreja ou somente na do altar, à Oração da Dedicação segue-se a *unção* do altar e das paredes

da igreja ou sómente do altar, conforme os casos. O Rito da unção bem como outros que se lhe seguem, a saber o da incensação, do revestimento do altar e da iluminação do altar *exprimem*, em sinais sensíveis, alguns aspectos daquela obra invisível que o Senhor realiza por meio da Igreja quando ela celebra os divinos mistérios, principalmente a Eucaristia" (16). São, por isso, de algum modo, ritos explicativos do mistério da dedicação.

O Bispo aproxima-se do altar, acompanhado pelos ministros, um dos quais leva a âmbula com o crisma. Antes de proceder ao gesto da unção, dirige-se a toda a assembleia, com esta bela fórmula, que é, ao mesmo tempo uma explicação e uma oração: *Santifique o Senhor, com o seu poder, este altar e esta casa, que nós, seus ministros, agora ungimos, para que expressem, por um sinal visível, o mistério de Cristo e da Igreja*. "Derrama em seguida o santo crisma no meio do altar e nos seus quatro ângulos, e é louvável que unja também com ele toda a mesa do altar" (64). "Pela unção do crisma o altar torna-se o símbolo de Cristo que é o "Ungido" de preferência aos demais e assim é chamado" (16 a). Cristo quer dizer precisamente *Ungido*. O gesto é um tanto espectacular e deve ser feito com a largura que lhe convém.

Mas a unção vai ser estendida a toda a Igreja. Nas paredes devem ter sido previamente gravadas doze cruzes, ou, pelo menos, quatro. É sobre elas que serão feitas as unções pelo Bispo, auxiliado, se parecer oportuno, por presbíteros. Entretanto, canta-se a antífona: *Eis a morada de Deus com os homens* com o salmo 83. "A unção da igreja significa que ela é dedicada totalmente e para sempre ao culto cristão", e ainda que ela é "a imagem da santa cidade de Jerusalém", a Jerusalém do Céu (*ib.*).

E não deveria esquecer-se que, por sua natureza, o santo crisma é um óleo perfumado, que deve, por isso mesmo, deixar o altar e toda a igreja a rescender, evocando assim "o bom odor de Cristo" (II Cor 2, 15).

5. A Incensação

Uma vez ungido o altar, vai queimar-se sobre ele o incenso. Coloca-se sobre o altar um recipiente com brasas, nas quais o Bispo lança incenso ou outros aromas; ou, se preferir, faz-se sobre o altar um pequeno amontoado de incenso misturado com pequenos pavios, aos quais o Bispo pega fogo, dizendo: *Suba até Vós, Senhor, a nossa oração como incenso na vossa presença; e, assim como esta casa se*

enche de suave perfume, assim a vossa Igreja exale o bom odor de Cristo. E do mesmo modo como a unção do altar alastrou pelas paredes da igreja, também agora o incenso do altar vai envolver toda a igreja. O Bispo deita o incenso em alguns turíbulo e incensa o altar, sobre o qual ainda está a ser queimado o incenso ou outros perfumes.

Depois, ele próprio é incensado e alguns ministros, passando pela nave da igreja, incensam a assembleia e as paredes, enquanto se canta o texto do Apocalipse: *o Anjo colocou-se diante do altar do templo, com um turíbulo de ouro na mão com o salmo 137.* "O incenso é queimado sobre o altar para significar que o sacrifício de Cristo, que aí se perpetua de maneira sacramental, sobe para Deus em odor de suavidade; mas também que as orações dos fiéis sobem até ao trono de Deus, por Ele aceites e a Ele agradáveis. A incensação da nave indica que a igreja, por meio da dedicação, se torna casa de oração; mas em primeiro lugar incensa-se o povo de Deus, pois ele é o templo vivo, no qual cada fiel é altar espiritual" (16 b).

6. Revestimento do altar

Aquela mesa de pedra, dedicada pela oração, ungida com o santo crisma, perfumada pelo incenso que sobre ela ardeu e a perfumou em redor é "a ara do Sacrifício Eucarístico e a mesa do Senhor". Nela, sacerdotes e fiéis, numa mesma e única acção, embora com função diversa, celebram o Memorial da morte e ressurreição de Cristo e comem a Ceia do Senhor. Por isso, "O altar é preparado e festivamente adornado como mesa do banquete sacrificial" (II, 16 c). Assim, os ministros limpam toda a mesa do altar, cobrem-na com a toalha, e, se parecer oportuno, adornam-no com flores; colocam os castiçais com as velas e, se for esse o caso, a cruz.

7. Iluminação do altar e da Igreja

O Bispo entrega então ao diácono uma vela acesa para que ele acenda as velas da celebração da Eucaristia, e diz em alta voz: *A luz de Cristo resplandece na Igreja, para que todos os povos cheguem à plenitude da verdade.*

O Bispo continua a revelar-se como verdadeiro *presidente* da assembleia. É ele que conduz toda a celebração, inicia os gestos, e, com as fórmulas que os acompanham, vai fazendo a catequese

mistagógica das mesmas, e não de maneira escolar, como quem dá uma explicação, mas de maneira orante, celebrativa, recorrendo sempre a referências bíblicas. A celebração é, de facto, uma nova encarnação da palavra de Deus, encarnação continuada no meio da assembleia da comunidade cristã. E o Pontifical continua: "Faz-se então uma iluminação festiva: acendem-se todos os círios, as velas postas nos sítios onde foram feitas as unções e as restantes lâmpadas da igreja, em sinal de alegria", iluminação que recorda que Jesus Cristo é "Luz para Se revelar às nações" (16 d). Entretanto, canta-se a antífona: *A tua luz desponta, ó Jerusalém, e brilha sobre ti a glória do Senhor. Os povos caminharão à tua luz, com o cântico de Tobias que celebra a universalidade do reino de Deus (69-71).*

IV — A Liturgia Eucarística

Está preparada a sala do festim, adornada a mesa do banquete, convocados e reunidos os convidados. Parece-nos ouvir a palavra do Mestre na parábola do banquete: *Vinde, tudo está preparado* (Lc. 14, 17). E os diáconos e os demais ministros preparam o altar como de costume. Os fiéis trazem o pão, o vinho e a água para a celebração da Eucaristia, dons que o Bispo recebe na cátedra. Entretanto, canta-se a antífona, tirada da oração de David, perante as oferendas do povo para a construção do Templo: *Senhor, meu Deus, ... o vosso povo, aqui reunido, tudo por Vos oferece com grande alegria (I Cr 29)*. É ainda uma oração de dedicação.

Uma vez tudo preparado, o Bispo vai para o altar, e, ao aproximar-se, *beija-o* pela primeira vez. É este ósculo que será doravante retomado pelo presidente sempre que se aproxima do altar para a celebração da Eucaristia. A partir deste momento, toda a assembleia toma nova orientação, sobretudo o presidente, os concelebrantes e os ministros. Todos envolvem agora o altar. Este tornou-se o centro da celebração. Vale a pena atentar naquela deslocação do presidente da cátedra para o altar e no que isso representa em relação à orientação de toda a assembleia. Um dos cânticos previstos como antífona da comunhão assim o irá cantar com as palavras do salmo 127: *Como rebentos da oliveira, assim os filhos da Igreja, em volta da mesa do Senhor*. É o salmo da felicidade na assembleia familiar.

Mas a dedicação não terminou; antes chegou ao seu ponto culminante, pois que a celebração da Eucaristia é a parte principal do rito da

dedicação. A rubrica no entanto limita-se a dizer: "A Missa continua agora como de costume", apenas com algumas diferenças: não se incensam nem as oblatas nem o altar, visto que acaba de ser queimado sobre ele o incenso e de todo ele ter sido incensado em redor.

"Com a celebração do sacrifício eucarístico atinge-se e manifesta-se por meio de sinais muito claros o fim principal para que se edifica a igreja e se constrói o altar. Além disso, continua o Pontifical, a Eucaristia que santifica o coração dos que a recebem, consagra de algum modo o altar e o lugar da celebração, como os antigos Padres da Igreja várias vezes afirmaram: "É digno de admiração este altar, diz S. João Crisóstomo, porque, sendo por natureza uma pedra, se torna santo, depois de ter recebido em si o corpo de Cristo".

Terminada a preparação dos dons com a *Oração sobre as Oblatas* (74), tudo está preparado para a *Oração Eucarística*³⁾. É ela o ponto culminante do louvor agradecido da assembleia ali reunida, que celebra sacramentalmente o memorial da morte e ressurreição de Cristo e é a verdadeira bênção da mesa da Ceia do Senhor. O nexo entre a dedicação da igreja e a celebração da Eucaristia mostra-se de uma forma particularmente bela no *Prefácio* próprio desta Missa (cf. 17 e 72).

O *Prefácio* (75) quase que retoma a *Oração da Dedicção* já antes proclamada. Parece até que "no projecto inicial, e cito Mons. Jounel, a *Oração Eucarística* seria a única oração de consagração do edifício e da actualização do sacramento do Corpo e Sangue de Cristo"⁴⁾. De facto, de novo dizemos: *Exultantes de alegria dedicamos à vossa majestade esta casa de oração.*

O *Prefácio* repete que *nesta casa se anuncia o mistério do Templo Verdadeiro e se prefigura a imagem da celeste Jerusalém: do Corpo do vosso Filho... fizestes o templo a Vós consagrado... E constituístes a Igreja como cidade santa, edificada sobre o alicerce dos Apóstolos, tendo como pedra angular o próprio Cristo Jesus; mas que há-de erguer-se, construída com pedras escolhidas, vivificadas pelo Espírito Santo, cimentadas pela caridade, cidade onde sereis tudo para todos, pelos tempos sem fim e onde brilhará perpetuamente a luz de Cristo. Por Ele, Senhor,... nós Vos louvamos, cantamos com alegria: Santo, Santo, Santo,...*

Inauguração da Capela do SS. Sacramento

A Eucaristia, que é o Pão dos "peregrinos através da cidade ter-

restre" (77), é-o particularmente, como Viático na hora de passar deste mundo para o Pai.

Na verdade, "o fim primário e primitivo da Reserva eucarística fora da Missa é a administração do Viático; os fins secundários são a distribuição da comunhão e a adoração de Nosso Senhor Jesus Cristo presente no SS. Sacramento"⁵⁾. A inauguração da capela onde se guardará o SS. Sacramento faz-se, por isso, de maneira a significar a ligação da comunhão e do culto eucarístico fora da Missa com a celebração da mesma. Depois da comunhão, o SS. Sacramento é levado do altar em procissão até ao lugar da reposição, entre luzes e cânticos como: *Louve Jerusalém, o Senhor*, com o salmo 147.

IV — Depois da dedicação

Terminou a dedicação. Mas a igreja lá fica, como memorial perpétuo da Aliança de Deus com o seu povo. Ela é a "casa da Igreja"; por isso mesmo, esta Igreja, povo de Deus, está para sempre convidada a voltar ali para pedir ao Senhor que *o nosso coração cresça, cada vez mais, na verdade para que Vos adoremos continuamente no vosso santo templo e para sempre nos alegremos na vossa presença com todos os Santos*.

E voltará, muitas vezes, em cada oitavo dia, o Dia do Senhor, para a celebração semanal da Páscoa; e voltará, de maneira muito particular, no dia aniversário da dedicação, celebrado, em cada ano, com o grau litúrgico de Solenidade. Nesse dia vão acender-se, de novo, as velas colocadas por debaixo de cada uma das cruzes postas ou esculpidas ao longo das paredes da igreja e que foram ungidas no rito de dedicação; e celebrar-se-á a Missa própria da Solenidade, como consta do Missal e no Leccionário para esse efeito.

Deste modo, a dedicação da igreja não será apenas acontecimento a constar dos dois exemplares da acta da dedicação que hão-de-ser guardados, um nos arquivos da cúria diocesana, outro nos da igreja dedicada. Será dia memorável, do qual se poderá cantar como se canta, em Quinta-feira Santa, da consagração do óleo santo com que acaba de ser dedicada e ungida: *Pelos séculos sem fim seja de festa este dia; ressoe em louvores sagrados, numa perene alegria*⁶⁾.

JOSÉ FERREIRA

Notas

Nas citações, o número romano (II, V) refere-se ao capítulo do Pontifical da *Dedicação da Igreja e do Altar*; os algarismos referem-se aos números dentro de capítulo. Quando não se indica o capítulo com o número romano, entende-se que se faz referência ao capítulo segundo: *Rito da dedicação da igreja*.

1) *Instrução Geral do Missal Romano* (IGMR), 271

2) Concílio Vaticano II, Constituição sobre a Sagrada Liturgia, *Sacrosanctum Concilium* (SC) 7.

3) *IGMR*, 53

4) P. Journel, in A. G. Martimort, *L'Église en prière*, Paris, ed. Desdée, vol. I, p. 233.

5) *Ritual Romano, Sagrada Comunhão e Culto do Mistério Eucarístico fora da Missa*, 5

6) Benção dos Santos Óleos, n. 17: Hino

O Mistério do Templo e Liturgia

Um dos dinamismos mais fortes da vida do homem é aquele que nós designamos, globalmente, por religioso e a esse preside, como ânsia insaciável, a busca do divino e o premente desejo de o encontrar. O itinerário religioso da humanidade, bem como a história das religiões mostram-nos como o homem, ao longo dos séculos, procurou encontrar o divino, delimitar os espaços desse encontro e apropriar-se dos sinais que lhe conferiam efectividade.

É assim que o primeiro espaço para esse encontro é o próprio universo, enquanto reflexo e sinal dum poder que é superior ao homem e que o fascina na sua grandeza sublime. Porém, confrontando-se consigo mesmo, bem cedo, na sua caminhada histórica, o homem constrói a imagem das divindades a partir da sua auto-compreensão, o espaço daquelas tendo como cenário a sua própria mundividência¹.

Desta forma, o templo aparece, não apenas como expressão desta permanente inquietação do homem — a busca e o encontro do divino — mas também como reflexo do mundo do divino que está para além do homem e ao qual este quer aceder, melhor dizendo, do qual pretende apropriar-se. Por isso, todo o santuário, qualquer que seja a sua forma ou estrutura, não é mais do que a imagem e semelhança da auto-representação que os homens fazem do divino e do transcendente. Desta forma, o templo torna-se assim como que a réplica terrena dos “arquétipos celestes”, imagem reduzida que permite ao homem avizinhar-se das forças cósmicas que, simultaneamente, o amedrontam e o fascinam. Neste sentido, podemos dizer que “cosmologia e teologia são solidárias na mente dos homens, como nas obras dedicadas por estes aos deuses”², sendo o templo o resultado da combinação harmónica das duas. A própria evolução semântica da palavra deixa transparecer isso mesmo. O *templum* “significava, primitivamente, o sector do céu que o áugure romano delimitava com o seu bastão e no qual observava os fenómenos naturais ou o voo dos pássaros; depois, passou a designar o lugar ou o edifício sagrado onde se praticava esta observação do céu”³. Quanto à palavra grega que designa templo “témenos” (derivado do verbo témno: cortar, delimitar, separar), significa o lugar reservado aos deuses ou ao chefes, o recinto sagrado

ou porção de espaço que rodeava um santuário e se converteu num lugar intocável⁴.

Como se pode constatar pela própria etimologia da palavra, o templo é a habitação de Deus sobre a terra, o lugar da sua presença no meio dos homens, presença essa que estava concretizada na imagem da divindade ou, então, mediante algum símbolo apropriado. Todavia, a verdadeira morada dos deuses é o céu (o olimpo, segundo a terminologia grega), sendo o templo apenas uma participação daquela morada celeste. Por isso, o templo torna-se como que uma cópia, embora imperfeita, do palácio celeste, centro do mundo, tal como aquele o era do firmamento. Assim, o espaço do templo, enquanto centro do mundo e morada de Deus, assume uma dimensão universal, macrocósmica, já que nele se delimita o próprio universo, o verdadeiro templo de Deus.

1. O Templo, uma instituição polémica:

Embora haja uma herança que é comum a todas as religiões, cada uma destas tem as suas expressões próprias, bem como as suas perspectivas teológicas específicas, incluindo aquelas que dizem respeito aos seus santuários. No que concerne às religiões reveladas, essa singularidade acentua-se ainda mais, já que, muitas vezes, a sua mensagem implica ruptura com as tradições do passado ou com as concepções próprias dum determinado espaço geográfico.

É isto que acontece, precisamente, com a revelação bíblica, razão pela qual inicio esta reflexão sobre o "Mistério do Templo e liturgia" citando dois textos paralelos da Escritura que denotam grande desconfiança acerca do templo. São eles: *1 Re 8, 27* e *2 Cro 6, 18*. Trata-se da oração de Salomão aquando da dedicação solene do templo, em que o rei põe em questão a possibilidade de Iahwé morar no santuário que para Ele acabava de ser construído. Uma outra passagem, de teor semelhante, encontrá-mo-la em *2 Sam 7, 6-7*, quando o próprio Iahwé, através do profeta Natan, faz saber a David que Ele não é um Deus sedentário, cuja presença se confine a um espaço ou recinto sagrado, mas antes um Deus nómada que caminha com o Seu povo, que habita no meio deste, estabelecendo com ele uma relação de comunhão e de destino.

Estes textos, como facilmente se percebe, representam uma corrente teológica contrária à existência do templo, a qual temia que o Javismo israelita se viesse a confundir com os cultos cananeus existen-

tes no país. Desta forma, o santuário de Iahwé seria um templo mais entre os muitos que os hebreus encontraram ao sedentarizar-se na "terra prometida" e Iahwé acabaria por converter-se em mais uma divindade a acrescentar ao já amplo panteão cananeu.

Ora, a fé de Israel era diferente; Iahwé não é um deus local, nem nacional, mas o Senhor de toda a terra e dos altos céus. Como diz Isaías (66,1), o Altíssimo não habita em morada construída por mãos humanas, mas o seu trono está nos céus. São estes o seu verdadeiro templo, pelo que nenhum santuário pode conter ou confinar a sua glória.

Face a esta situação e ao que ela simboliza, podemos perguntar-nos: não há, então, na sagrada Escritura uma teologia do templo? Qual a sua importância no contexto da fé e da vida nacional do povo de Israel?

É, fundamentalmente, sobre a teologia do templo que eu vou orientar o meu estudo, pondo em destaque o seu significado na história da salvação como lugar privilegiado de encontro do homem com Deus. Esse encontro acontece no culto, momento em que o homem se abre ao divino e este se deixa apreender pelo homem, apesar da sua condição pecadora.

Para se poder fazer uma ideia acerca da importância do culto na religião israelita, convém ter presente que não se trata de uma realidade totalmente original e nova, mas antes, de algo que é recebido numa linha de continuidade histórica, ou seja, numa função que é própria a toda a dimensão religiosa: expressar os sentimentos de adoração, de confiança e de agradecimento.

Assim, e a par duma herança cultural e litúrgica que hoje nos é possível destacar, graças à história comparada das religiões, o judaísmo apresenta também elementos originais; uns, como consequência da sua mensagem revelada e outros, como fruto da reflexão teológica a que se dedicaram os diversos grupos e movimentos que compunham a sociedade judaica.

Seria interessante fazer aqui um estudo sobre a génese do culto e da liturgia judaica, das suas origens remotas no tempo e do contributo dado pelas culturas e povos com quem os hebreus estiveram em contacto. Todavia, isso far-nos-ia desviar da questão central deste tema e dos objectivos desta semana de liturgia. Esta é a razão pela qual me vou cingir apenas aos textos bíblicos e a algum outro da tradição judaica extra-bíblica que seja particularmente significativo.

2. A origem do Templo e a sua fundamentação teológica:

Uma das preocupações constantes da teologia bíblica e da tradição judaica extra-bíblica é mostrar que a construção do templo, bem como a escolha da sua localização são da exclusiva iniciativa de Iahwé. O templo fazia parte daquelas realidades que estavam presentes no pensamento de Deus, mesmo antes da criação do mundo e da formação do homem. Neste sentido, o templo era comparado em importância à Lei, ao trono de Deus e ao próprio nome do messias. Desta forma, o judaísmo pretendia realçar a sua singularidade face às tradições canaaníticas, bem como aos santuários locais, difundidos um pouco por toda a parte.

Assim, a primeira intuição da teologia judaica foi a de relacionar a existência e localização do templo com o próprio acto da criação de Adão (PRE, 1)⁵. Desta forma, a teologia judaica conferia ao templo e à sua liturgia uma primazia ímpar entre as instituições de Israel, fazendo remontar aquelas às origens do homem e contribuindo para que a condição pecadora de Adão (e do homem) fique permanentemente ligada ao santuário de Iahwé⁶. Este aparece, então, com uma instituição fundamental ao próprio plano salvífico de Deus: o templo é o espaço da reconciliação entre Deus e o homem. É neste sentido que se deve interpretar a afirmação da teologia judaica de que na "rocha onde Adão fora criado, aí se realiza também a expiação do seu pecado, mediante o sacrifício cultural de expiação" (PRE 20,1).

Um outro momento importante para as tradições sobre a origem do templo é o do sacrifício de Isaac no monte Moriah (Gn 22). A tradição posterior identificou este monte com a colina onde mais tarde será edificado o templo. Ora, o sacrifício de Isaac significa, por si, a redenção de Israel e é pelos méritos daquele que o povo obterá o perdão e a misericórdia de Iahwé.

Todavia, é em 2 Sam 24 que encontramos o texto mais significativo acerca da origem do templo. Trata-se de um momento difícil do reinado de David, quando este, após o pecado do recenseamento do povo é castigado pela sua falta. O lugar do castigo é indicado como o futuro espaço do templo, escolhido por Iahwé, à semelhança do que sucede com o sacrifício de Isaac, para reconciliar, de novo, o homem com o Seu projecto de salvação. O cenário desta teofania (que depois é retomada em 1 Cr. 21, 7-17) constitui para David um indicativo claro da escolha que Iahwé faz para estabelecer a sua morada entre o povo. Isso

mesmo é explicitamente dito em 2 Cr 3, 1, pelo que o próprio lugar do santuário tem já uma significação litúrgica na sua génese: além de morada da lahvé, o templo é também espaço de encontro e de reconciliação do homem com Deus.

São ainda diversos os salmos que o afirmam explicitamente, realçando a iniciativa divina da escolha de Sião para a edificação do santuário: Sl 68, 17; 76, 3; 78, 68. Isto significa, então, que este tema era celebrado na própria liturgia, na qual se louvava e agradecia a Deus por ter escolhido Sião para a Sua morada.

Esta perspectiva teológica constitui uma resposta clara e evidente aos cultos e santuários cananeus ou quaisquer outros não conformes com a fé javista e com a revelação mosaica. A teologia deuteronomista tinha já imposto, como princípio fundamental, a unidade cultual em Jerusalém (Dt 12,5). Trata-se, aliás, dum texto basilar para a compreensão de todo o culto judaico. Esta unicidade visa, não apenas a supressão de todos os santuários não israelitas, mas também impedir que em Israel houvesse outros templos para além do de Jerusalém, tal como sucedia com os dois santuários do reino do Norte (em Dan e Betel: 1 Re 12, 29-30), o das tribos da Transjordânia (Js 22, 16) e o templo samaritano do monte Garizim.

Todavia, importa ter presente que esta unicidade acerca do lugar do verdadeiro culto não é um ponto de partida, nem pressuposto teológico; é, antes, um termo de chegada, fruto duma longa reflexão teológica que apenas acabará por se impor durante o exílio em Babilónia (séc. VI), aquando da redação da História Deuteronomista ou mesmo já no período pós-exílio com as reformas de Esdras e Neemias.

3. Simbolismo do Templo:

No regresso do exílio, Isaías (56,8) tinha definido o templo como “casa de oração para todos os povos”. Esta perspectiva universalista realçada pelo profeta encontrará eco em muitos textos da literatura judaica extra-bíblica e nas obras dos maiores pensadores judeus, tais como Filon de Alexandria e Flávio Josefo. Aliás, este universalismo a que o judaísmo se torna sensível, especialmente depois do ministério profético de Isaías, encontrará no templo a sua melhor expressão simbólica (Is 2, 3-4).

Assim, o templo é apresentado como o centro do mundo, o lugar

de encontro entre Deus e o homem por excelência. Os Padres da Igreja dos primeiros séculos utilizaram a mesma tipologia referenciada agora ao Gólgota, já que aí, mediante o sangue do cordeiro imaculado que é Cristo, Deus reconcilia de novo o homem consigo. Embora não existam textos bíblicos com uma referência explícita a este simbolismo universal, encontram-se diversas alusões ao monte Sião que é exaltado como a "montanha sagrada", expressão usada nas religiões do Médio-Oriente para designar a "morada do deuses"⁷. O Sl 78, 68-69 diz que Iahwé escolheu o monte Sião e aí "construiu como nas alturas... o Seu santuário", unindo assim terra e céus em perfeita harmonia como outrora Jacob contemplara no seu sonho em Betel (Gn 28, 10ss).

Todavia, é particularmente no livro de Ezequiel (40ss), na sua visão sobre o santuário do futuro, que vem realçado o simbolismo do templo. São simbólicas não apenas as medidas e a orientação das portas do mesmo, mas também os nomes que são atribuídos às suas diferentes partes, bem como as águas que jorram dos seus umbrais e se dirigem para o Oriente. Estas águas significam, no fundo, a abundância do Espírito e do perdão que Deus concede ao povo a partir da sua presença renovada no Santuário. A água é, no Antigo Testamento, símbolo do Espírito e, pelo seu poder purificador, também do perdão (Zc 12, 1-2), pelo que a intuição de Ezequiel de fazer jorrar água em abundância do altar do santuário como que vem complementar, agora numa perspectiva espiritual, a salvação outrora concedida aos filhos de Israel quando a travessaram a pé enxuto as águas do Mar Vermelho.

Fílon de Alexandria, num texto do seu tratado sobre as leis particulares (1, 12), admite que um universo inteiro é o templo mais santo e sublime⁸. Assim, a glória de Deus que habita e enche o templo (Ez 10, 4), enche também o universo (Is 6,3), pelo que este constitui a Sua grande morada, onde reside a Sua glória, a Sua Shekinah⁹. O judaísmo recorre, muitas vezes, a esta palavra para traduzir a "glória", a "presença de Iahwé no templo". Poderíamos dizer que é a sombra de Iahwé junto dos homens, já que Ele mora no Seu trono celeste. Desta forma, a Sua glória (a Sua Shekinah), de que o universo é testemunha, mora no templo, sendo este como que um universo em miniatura, onde o homem pode encontrar essa presença sempre buscada que o leva a confrontar-se com a sua condição pecadora (Is 6, 5). Mas, apesar dessa condição pecadora e em contraste com a santidade de Deus, o homem é, também ele, o templo de Deus cuja face testemunha a Sua presença deixando-a transparecer através do rosto. Para tanto, a

literatura judaica recorre ao simbolismo do número sete, símbolo da perfeição e ao candelabro que se encontrava no templo e que constituía o sinal da presença permanente de lahvé no meio do Seu povo: "no templo encontrava-se o candelabro de sete braços; no corpo do homem há sete portas na face que o iluminam: a boca, as narinas, os olhos e os ouvidos que correspondem às sete colunas da sabedoria"¹⁰. É provavelmente, a esta tradição que alude Paulo na 1 Cor 6, 19: "não sabeis que o vosso corpo é santuário do Espírito Santo que está em vós...?".

Temos assim que, em linguagem simbólica, o templo pode ser entendido numa tríplice dimensão, o cosmos, o santuário como tal e o próprio homem. Partindo duma perspectiva macrocósmica para uma imagem microcósmica, em todos estes três níveis, o templo é sempre sinal duma presença absoluta e plenificadora, símbolo duma aliança que abarca, respectivamente, o mundo na sua globalidade, o povo de Israel e cada homem em particular, não apenas como imagem e semelhança (Gn 1, 27), mas como presença contínua de Deus na história. Se o mundo é, em si, a grande morada de Deus e se essa presença se concretiza em cada homem, é de facto no templo enquanto tal que o homem se re-encontra com o divino. Não é o divino que se reduz às dimensões do templo, mas antes, é o homem que, na sua contigência temporal, aí se abre à onnipotência de Deus, confrontando a sua finitude com a transcendência d'Aquele. O templo é deste modo, um "médium" entre o universo e o homem que tem como objectivo unificador o encontro-presença de Deus.

Neste sentido, e aludindo aos textos contrários à construção do templo que citei no início, podemos dizer que a Sagrada Escritura inicia já um processo de desmitologização do próprio templo como único e exclusivo espaço de encontro e habitação de Deus. Para nós cristãos, além da palavra de Jesus (Jo 2, 21, quando diz aos judeus que reconstruirá o templo em três dias, mas "falava do templo do Seu corpo"), importa ter em conta o texto do Apocalipse 21, já que a nossa fé nos coloca numa tensão constante entre o santuário da Jerusalém terrestre e da Jerusalém celeste, que é Jesus Cristo ressuscitado. O verdadeiro templo da nossa fé é o corpo glorioso de Jesus Cristo, no qual formamos um só povo e nos imanamos na mesma comunhão fraterna. Como faz notar a carta aos Hebreus, o santuário terrestre, ou seja, o templo de Jerusalém, tal como a sua liturgia, não é senão uma imagem e um pré-anúncio do verdadeiro templo celeste que aguardamos em jubilosa expectativa e ao encontro do qual caminhamos. Jesus

Cristo não é apenas o novo santuário, mas também o pontífice do mesmo (Hb 8,1) e é mediante a sua liturgia que chegamos ao Pai.

No entanto, chamo a atenção para o facto de não existir templo sem liturgia e desta constituir uma unidade com aquele. Por isso, vou-me debruçar, agora, mais directamente sobre a liturgia do templo, bem como do seu significado e importância no Novo Testamento

(Continua)

PR. JOÃO LOURENÇO, OFM

Notas

1) Não me estou a referir aqui às religiões reveladas, embora este processo não esteja ausente, também ele, da sua própria evolução. No entanto, as religiões reveladas demarcam-se dele, uma vez que a sua ausência está na mensagem revelada, como que partem de cima para baixo e não ao contrário.

2) J. CHEVALIER - A. GHEERBRANT, *Diccionario de los símbolos*, Barcelona 1988, 984.

3) G. DE CHAMPEAUX - S. STERCKX, *Introduction au monde des symboles*, Paris 1966, 455.

4) Cfr. M. A. BAILLY, *Dictionnaire Grec-Français*, Paris 1913-1914 (9ª ed.).

5) Trata-se dum Midrash famoso, que recolhe antiquíssimas tradições, atribuídas, também elas, a um não menos famoso Rabino, Eliezer ben Hyrkanos, contemporâneo da destruição do templo e que constitui um belo tratado de teologia judaica. É um comentário homilético aos capítulos mais significativos do Pentateuco, especialmente do Génesis (cfr. "Introducción", *Los capítulos de Rabi Eliezer*, trad. e apresentação em castelhano de M. Pérez Fernández, Valência 1984). As nossas citações deste texto são feitas com a sigla PRE, ou seja, *Pirkê Rabbi Eliezer*, já que esta é a designação do livro universalmente conhecida.

6) Segundo um texto do *Pirkê Rabbi Eliezer*, 3,2, o templo é uma das sete coisas que foram criadas antes da criação do mundo: "sete coisas foram criadas antes que se criasse o mundo, a saber: a Lei, a geena, o jardim do Edén, o trono da glória, o templo, a conversão e o Nome do Messias".

7) Por exemplo: na mitologia de Babilónia, o nascimento dos grandes deuses era colocado na montanha do universo; nos poemas de Ras Shamra mencionase a montanha sagrada de Saphon, etc., (cfr. R. DE VAUX, *Ancient Israel. Its Life and Institutions*, London 1961, 279).

8) Cfr. F. MANNS, *La prière d' Israel à l'heure de Jésus*, Jerusalem 1986, 99.

9) Esta palavra (do verbo *shakan* ou *shaken*) significa morar, residir, habitar. A Shekinah é a presença divina no templo e no meio do seu povo (cfr. M. JASTROW, *Dictionary*, 1973).

10) Cfr. *Midrash Hagadol* sobre Êxodo 25, 30. Este midrash é um dos mais antigos da literatura rabínica, contendo tradições que podem remontar à época intertestamentária.

Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos

Alteração a introduzir no n.º 5 das “Normas Universais do Ano Litúrgico e do Calendário”

Decreto

Sendo o domingo o fundamento e o centro de todo o ano litúrgico, deve propor-se e inculcar-se no espírito dos fiéis como o principal dia de festa (cf. *Sacrosanctum Concilium*, n. 106)

Esta norma, estabelecida na Constituição sobre a Sagrada Liturgia, restituiu a proeminência da celebração do dia do Senhor sobre todas as outras celebrações, “a não ser que sejam, de facto, da máxima importância” (*Ibidem*).

Isto aplica-se de modo particular aos domingos do Advento, da Quaresma e da Páscoa, que têm precedência sobre todas as celebrações, mesmo sobre as solenidades.

De facto, quando ocorrem solenidades nestes domingos, segundo o n. 5 das “Normas universais do ano litúrgico e do calendário”, devem antecipar-se para o sábado.

Mas a experiência pastoral mostra que uma tal solução levanta muitas dificuldades, especialmente quando decorre a celebração da Missa vespertina e das II vésperas da Liturgia das Horas de alguma solenidade, com a celebração da Missa Vespertina e das I Vésperas do domingo.

Para guardar integralmente, na medida do possível, quer a celebração do domingo, quer a das solenidades universalmente aceites pela piedade dos fiéis, a Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos introduz, pelo presente Decreto, uma alteração no n. 5 das “Normas universais do ano litúrgico e do calendário”, como segue:

“Em razão da sua importância particular, o domingo apenas cede a sua celebração às solenidades e às festas do Senhor. Mas os domingos do Advento, da Quaresma e da Páscoa têm a precedência

sobre todas as festas do Senhor e sobre todas as solenidades. As solenidades que ocorrem nesses domingos são transferidas *para a segunda-feira seguinte*, excepto quando se trate de ocorrência no Domingo de Ramos ou no Domingo da Ressureição do Senhor”.

Para o futuro esta norma assim redigida será observada por todos.

No que diz respeito aos Calendários particulares das nações, das dioceses ou das famílias religiosas, já preparados para o ano de 1991, concede-se que possam conservar a solução já prevista nesses mesmos Calendários, segundo a norma em vigor até ao momento presente.

O conteúdo deste Decreto, preparado por esta Congregação, foi aprovado e confirmado pelo Sumo Pontífice João Paulo II, que também o mandou tornar público.

Não obstante todas as coisas em contrário.

Palácio da Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos, 22 de Abril de 1990, II Domingo da Páscoa “in albis”.

EDUARDO CARD. MARTINEZ
Prefeito

LUIS KADA
Arcebispo Titular de Thibicen.
Secretário

Comentário

A Constituição *Sacrosanctum Concilium* afirma que se deve dar a preferência, na liturgia, à celebração do domingo (SC 106) e dos tempos principais do ano litúrgico: Advento, Quaresma e Páscoa (107).

Na sequência de tal determinação, as *Normas universais do ano litúrgico e do calendário* prevêm que os domingos do Tempo Comum apenas cedem o lugar às solenidades e às festas do Senhor (*Tabela dos dias litúrgicos nn. 1-5*), ao passo que os domingos do Advento, da Quaresma e da Páscoa têm precedência sobre toda e qualquer outra celebração (*Ibidem n. 2*).

Até agora e em virtude desta última norma, as três solenidades da Igreja universal (**Imaculada Conceição, S. José e Anunciação do**

Senhor), as solenidades das Igrejas particulares (v.g. **Aniversário da Dedicação da Igreja catedral**), e as solenidades das cidades e aldeias, ou das Ordens e Congregações religiosas (v.g. **Padroeiro principal**) que viessem a coincidir com um domingo de um desses três tempos litúrgicos, deviam ser antecipadas para o sábado anterior.

Tal antecipação dava lugar a dúvidas quanto à Missa a celebrar no sábado à tarde, que só podia ser a do domingo privilegiado, e reduzia a celebração da solenidade às Vésperas na tarde de sexta-feira e à Missa na manhã de sábado, o que não favorecia a participação do povo.

Foram esses inconvenientes que levaram a Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos, com o acordo do Santo Padre, a modificar o texto do número 5 das *Normas universais do ano litúrgico e do calendário* relativamente à transladação destas solenidades. A partir de agora, em vez de serem antecipadas para o sábado precedente, passam a ser transferidas para a segunda-feira seguinte.

As solenidades de S. José e da Anunciação do Senhor põem um problema mais complexo: se coincidirem com o Domingo de Ramos, antecipam-se para o sábado anterior; mas se o dia 19 ou 25 de Março caírem num dos dias compreendidos entre a segunda-feira da Semana Santa e o II Domingo de Páscoa, a Anunciação do Senhor é transferida para a segunda-feira depois do II Domingo da Páscoa (cf. *Notitiae* 23, 1987, p. 397), o que acontecerá em 1991, 1997, 2002, 2005, 2008, etc. (cf. *Notitiae* 25, 1989, pp. 504-505), e a solenidade de S. José será transferida para a terça-feira depois do II Domingo de Páscoa (v.g. no ano 2008), uma vez que, na segunda-feira, se celebra a Anunciação (*Normas*, n. 60b).

Esta alteração introduzida nas *Normas universais do ano litúrgico e do calendário* é um convite a tomarmos consciência mais viva da importância do domingo. A transferência, para a segunda-feira, das solenidades coincidentes com os domingos do Advento, da Quaresma e da Páscoa, vem permitir celebrar esses domingos, já desde o sábado anterior, sem qualquer interferência que leve a desvalorizar o primeiro lugar que o mistério Pascal de Cristo morto e ressuscitado ocupa na piedade do povo cristão.

JOSÉ DE LEÃO CORDEIRO

III Encontro das Comissões Episcopais de Liturgia dos Países de Língua Portuguesa

Efectuou-se em Luanda, de 7 a 11 de Agosto de 1990, o III Encontro das Comissões Episcopais de Liturgia dos Países de Língua Portuguesa na sequência dos dois primeiros que se realizaram no Brasil e em Portugal, respectivamente.

Participaram neste encontro:

Angola:

- D. Zacarias Kamwenho, Bispo de Novo Redondo e Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia.;
- P. Luís Conjimbe, Secretário da Comissão Episcopal de Liturgia;
- Fr. Anastácio Kahango, Vogal da Comissão Episcopal de Liturgia.

Cabo Verde:

- P. José Constantina Bento, Director do Secretariado Nacional de Liturgia.

Moçambique:

- P. Dr. Amaro Valério Mwitu, Secretário da Comissão Episcopal de Liturgia.

Portugal:

- D. António Francisco Marques, Bispo de Santarém e Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia;
- Mons. Aníbal de Oliveira Marques Ramos, Secretário da Comissão Episcopal de Liturgia.

S. Tomé e Príncipe:

- D. Abílio Ribas, Bispo de S. Tomé e Príncipe.

O Sr. D. Clemente José Carlos Isnard, OSB, Bispo de Nova Friburgo e Presidente da Comissão Episcopal do Brasil, estava preparado para vir representar o Episcopado Brasileiro neste Encontro, mas, à última hora, viu-se impedido de fazer a viagem a Angola. Tal circunstância, comunicada por via telegráfica, levou os participantes do Encontro a manifestar-lhe, por telegrama, o seu pesar e a sua fraterna e cordial solidariedade.

Não pôde também estar presente, por razões pastorais inadiáveis, o Sr. D. Paulo Mandlate, Bispo de Tete e Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia de Moçambique.

A primeira sessão foi aberta por Sua Eminência Reverendíssima o Cardeal Arcebispo de Luanda, Sr. D. Alexandre do Nascimento, na sede da Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé, onde se realizaram todos os trabalhos do Encontro e onde ficaram hospedados todos os seus participantes.

Sua Eminência, depois de dar as boas vindas aos representantes dos Países de Língua Portuguesa, pôs em relevo a acção do Povo Português no mundo, a complementaridade dos povos lusófonos, a missão da Igreja em Angola e o papel da oração e da liturgia na vida do Povo de Deus.

Em nome dos participantes, o Sr. D. António Francisco Marques agradeceu a saudação de Sua Eminência e o acolhimento fraterno recebido e sublinhou a consciência da nossa missão comum dentro da igualdade e da comunhão. Todos nós — disse — queremos dar uns aos outros e receber uns dos outros.

A seguir foi eleito para moderador o Sr. D. Zacarias Kamwenho e para secretários Mons. Aníbal de Oliveira Marques Ramos e P. Luís Conjimbe.

O participantes congratularam-se com a notícia oficial da confirmação romana do novo texto das fórmulas essenciais dos Sacramentos em língua portuguesa e neste sentido enviaram à Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos um telegrama de saudação e reconhecimento.

Foi dada uma informação completa sobre os livros litúrgicos em Língua Portuguesa, designadamente sobre o Missal, os Rituais e a Liturgia das Horas, sendo de esperar que, aprovada a fórmula da consagração, o Missal do Altar possa ser publicado quanto antes.

Fez-se depois a análise da situação da pastoral litúrgica dos Sacramentos e dos Sacramentais em cada um dos nossos países,

reconhecendo-se a grande variedade dos problemas existentes neste campo e, ao mesmo tempo, o papel da Língua Portuguesa como língua comum e oficial dos nossos povos.

Mereceu particular atenção de todos o problema da adaptação e da inculturação da liturgia na cultura dos nossos povos. A partir dos documentos conciliares, nomeadamente dos números 37-40 da Constituição sobre a Sagrada Liturgia (SC), que, de resto, devem ser lidos à luz dos ensinamentos da Constituição Dogmática sobre a Igreja (LG), da Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Contemporâneo (GS) e do Decreto sobre a Actividade Missionária da Igreja (Ad Gentes), fez-se uma reflexão aprofundada sobre a cultura dos nossos povos e o seu relacionamento com a liturgia. Esta reflexão foi introduzida pelo P. Luís Conjimbe e sobre ela fez-se um debate generalizado que levou à conclusão de que a inculturação da liturgia dos nossos países se encontra ainda na primeira fase do seu processo de desenvolvimento.

Um dos pontos mais salientes da agenda tratou da iniciação cristã na experiência dos Países Africanos de Língua Portuguesa.

Além de uma catequese sistemática, que se estende ao longo de dois ou três anos, existem momentos de celebração que marcam as principais etapas do catecumenado e onde se recorre ao gesto, sinais e símbolos das culturas nativas.

Analisou-se também a celebração do domingo entre nós e concentrou-se maior atenção nas celebrações dominicais na ausência do Presbítero, pois, havendo escassez de clero, estas celebrações ganham flagrante actualidade pastoral e apelam para o empenhamento crescente dos leigos e, conseqüentemente, para a urgência da sua formação.

Como conclusão deste Encontro, foi aprovada uma moção no sentido de que se constitua uma Comissão de Portugal e dos Países Africanos Lusófonos para a preparação dos livros litúrgicos. Assim, fez-se um apelo às Conferências Episcopais de Língua Portuguesa e aos Bispos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau para que estudem e aprovelem esta proposta.

Enquanto esta Comissão não for criada, foi aprovado o voto de que em relação aos livros litúrgicos em língua portuguesa a publicar constasse, neles, a aprovação destas mesmas Conferências e dos Bispos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau.

XVI Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica

O Secretariado Nacional de Liturgia vem realizando, desde 1975, encontros nacionais sobre temas que pensa ser de grande interesse pastoral.

Há anos, por exemplo, dedicou nada menos que três encontros à celebração do Mistério Pascal. Este ano, mesmo correndo o risco da distância no tempo, tratou da celebração do Mistério do Natal no encontro que realizou de 23 a 27 de Julho, no Santuário de Fátima.

À reflexão bíblico-teológica de D. Manuel Madureira Dias sobre o Mistério do Natal, seguiu-se um estudo sobre a história do Natal e da Epifania pelo Pe. Luís Ribeiro de Oliveira, um trabalho do Dr. Frei Pedro Ferreira, OCD, sobre o Tempo do Advento, uma exposição do Cón. José Ferreira sobre a celebração litúrgica do Natal, uma conferência do Pe. Dr. José de Leão Cordeiro sobre a oitava do Natal, uma lição sobre a celebração da Epifania, pelo Pe. Dr. Pedro Romano Rocha SJ, e uma intervenção do Cón. António Ferreira dos Santos sobre música litúrgica e a música religiosa do Natal.

Mais uma vez as celebrações litúrgicas diárias — Laudes, Missa e Vésperas — constituíram os momentos altos de cada jornada.

Um sarau sobre tradições natalícias mostrou o panorama dos costumes do Natal em diversas regiões do país, desde o Alentejo à Beira, de Lisboa aos Açores, à Madeira, e mesmo a Cabo Verde.

Mais uma vez se publicou expressamente para as celebrações litúrgicas do Encontro um guião com músicas novas, na sua maior parte. Estas músicas são da autoria dos seguintes compositores: Padres António Cartageno, Dr. António Azevedo Oliveira, Cón. Dr. António Ferreira dos Santos, Cón. Carlos Silva, Mons. José Fernandes da Silva, Dr. Manuel Simões, S. J., e ainda os saudosos maestros Padres Manuel Faria e Manuel Luís.

Dirigiram a assembleia ou o pequeno grupo os maestros: Cón. Dr. António Ferreira dos Santos, Mons. José Fernandes da Silva, Dr. António Azevedo Oliveira, P. António Cartageno e Dr. Manuel Augusto da Silva Frade.

É digno de registo e de louvor o esforço abnegado destes mestres na condução de uma assembleia tão numerosa e tão exigente, como é a destes Encontros anuais em Fátima.

Também merece menção honrosa o Cón. José Ferreira pelas suas inspiradas introduções à oração da Igreja e, de modo mais concreto, aos Salmos e aos Cânticos da Liturgia das Horas. A experiência comunitária e viva das celebrações litúrgicas continua a ser a característica mais marcante destes Encontros.

Este ano, houve a surpresa agradável de um concerto, na última noite, pela Régie Cooperativa Sinfonia Orquestra do Porto e, conjuntamente, pelo Coro da Sé Catedral do Porto sob a direcção do Maestro polaco Kazimierz Kord, com música litúrgica do compositor português oitocentista João Domingos Bomtempo.

O programa foi preenchido pela brilhante execução de *Requiem em Dó Menor, Op. 23 "A Memória de Camões": Introito - Kyrie, Dies Irae, Offertorium, Sanctus, Benedictus e Agnus Dei*.

Na sessão de encerramento, Mons. Aníbal Ramos fez o balanço das actividades e publicações do Secretariado Nacional de Liturgia, não deixando de referir a colaboração dada aos Encontros Europeus de Liturgia, que tiveram a sua última reunião, recentemente, na cidade belga de Bruges dedicada ao tema do presidente das assembleias litúrgicas, e ainda aos Encontros bienais das Comissões Nacionais de Liturgia dos Países de Língua Portuguesa, que terão este ano a sua terceira realização em Luanda, na primeira quinzena de Agosto.

D. António Francisco Marques, Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, agradeceu a colaboração dos Vogais do Secretariado e começou por dizer que, "antes de terminar o programa deste encontro com a Concelebração Eucarística em que daremos graças a Deus por tudo quanto aconteceu nestes dias, já dirigimos o nosso pensamento para o XVII Encontro. Quem dera que no próximo ano tivéssemos como tema de fundo o MISSAL e quanto a ele se refere na celebração."

Depois falou da Liturgia no seu todo, da sua nobre simplicidade, e do Ano Litúrgico, que não é um conjunto de quadros nem de cenas que justapomos, mas a forma mais evidente de celebrar a fé, a celebração do único Mistério e do único Senhor.

Acentou, em seguida a união íntima entre a Igreja e a Liturgia, afirmando que só celebrará dignamente quem entender o que é a Igreja.

Referiu-se também à Igreja Particular, que encerra e manifesta, a seu modo, a natureza da Igreja universal, que brota do lado de Cristo

Crucificado, vive e cresce continuamente pela Eucaristia, qual Esposa de Cristo e mãe dos fiéis.

Em consonância com o magistério conciliar (LG 26), sublinhou que não pode haver assembleia legítima de fiéis, em comunidade de altar, que não seja sob o ministério do Bispo, e que tal assembleia se difunde e vive em cada grupo de fiéis, à frente dos quais o Bispo coloca os seus presbíteros, para que sob a sua autoridade, santifiquem e dirijam a porção do rebanho do Senhor que lhes está confiado (LG 26, 28).

Aludiu, por último, ao lugar da piedade popular, nomeadamente nas tradições natalícias, e fez um apelo ao bom senso dos mais responsáveis, padres e leigos, já que a intransigência não resolve e só agrava os problemas pastorais que se colocam neste campo.

A Radiodifusão Portuguesa, reconhecendo a qualidade das músicas do Encontro, dedicou-lhes três programas nos dias 18 e 25 de Agosto e 1 de Setembro, das 21 às 22 horas, em frequência modulada na sua Antena 2.

Pontifical da Dedicção da Igreja e do Altar

Saiu recentemente a público o texto português do Pontifical da Dedicção da Igreja e do Altar. A edição é da Gráfica de Coimbra.

O texto, que tinha sido aprovado pela Conferência Episcopal Portuguesa, foi confirmado pelo Protocolo n. CD 321/89, de 1 de Março de 1989, da Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos em virtude das faculdades concedidas a esta Congregação pelo Papa João Paulo II.

O pedido da confirmação tem a assinatura de D. António Francisco Marques na sua qualidade de Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia e por delegação da Conferência Episcopal Portuguesa.

O formato é grande e destina-se principalmente ao Bispo que preside à celebração da dedicação. Espera-se a publicação deste texto em formato mais pequeno para uso do clero e dos leigos. A beleza da

dedicação e o conteúdo dos textos usados devem merecer o interesse de todos, principalmente quando se celebra a dedicação de uma igreja ou de um altar.

Livro das Bênçãos

Encontra-se em fase de impressão o Livro das Bênçãos que acaba de ser confirmado pela Congregação do Culto Divino e da Disciplina dos Sacramentos, através do Protocolo n. CD 401/90, de 23 de Agosto de 1990.

De acordo com as normas do Vaticano II, foram reduzidas as bênçãos reservadas aos Bispos, e previu-se a oportunidade de alguns sacramentais poderem ser administrados por leigos dotados das devidas qualidades.

Além das bênçãos incluídas na edição típica latina, o texto português apresenta a bênção do cálice e da patena que pertence ao *Pontifical da Dedicção da Igreja e do Altar*, o rito da coroação de uma imagem de Bem-aventurada Virgem Maria, que vem no *Ordo coronandi imaginem Beatae Mariae Virginis*, e algumas outras bênçãos que se revestem de particular interesse pastoral no nosso País, como a bênção de uma bandeira, a bênção de locais destinados a associações peculiares, de carácter religioso, cultural ou social, e ainda a bênção para a conclusão de uma formatura, ou "bênção das pastas".

Além disso, este livro vem enriquecido com dois Apêndices contendo respectivamente uma ampla série de leituras bíblicas e uma outra de salmos responsoriais.

A liturgia dos sacramentos e dos sacramentais, quando devidamente celebrada, faz com que todos os actos da vida dos fiéis sejam santificados pela graça divina que emana do Mistério Pascal, e faz também com que o uso honesto de quase todas as coisas materiais possa ordenar-se à santificação do homem e ao louvor de Deus (SC 61). Daí a importância litúrgica e a oportunidade pastoral deste livro que está destinado a desempenhar um papel insubstituível na evangelização da piedade popular no nosso País.

Cantoral Litúrgico Nacional

Publicado pela Editorial Missões e orientado criteriosamente pelo Serviço Nacional de Música Sacra, acaba de sair o "NOVO CANTEMOS TODOS".

O primeiro CANTEMOS TODOS cumpriu uma missão importante na nossa música litúrgica, ao longo de 30 anos. De qualidade desigual, as suas músicas e os seus textos procuraram dar vida às celebrações litúrgicas e, quando escolhidas com critério, eram um instrumento útil e providencial.

O *Novo Cantemos Todos* foi organizado por Mons. José Fernandes da Silva, de Braga, e pelo P. Manuel José Amorim, do Porto, a pedido do Serviço Nacional de Música Sacra e do seu Presidente, Cón. Dr. António Ferreira dos Santos, que também colaborou.

O plano desta colectânea, que pretende ser pedagógico, abrange a Eucaristia, a Liturgia das Horas, as Devoções e, mesmo as reuniões, os encontros de vida cristã e os convívios. Serviram de ponto de partida as exigências concretas próprios da vida cristã das paróquias e das comunidades eclesiais. Embora não se trate de um livro de carácter oficial, D. António Francisco Marques, Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, considera esta colectânea "a todos os títulos notável e oportuna", não deixa de reconhecer o rigor exigente do seu critério de selecção, e ao mesmo tempo que agradece a quantos colaboraram nesta publicação, faz ardentes votos que esta recolha venha a dar lugar a uma Colectânea oficial de cânticos litúrgicos, como acontece noutros países.

Esperamos que, em ulteriores edições, o índice final dos cânticos possa ser enriquecido por um outro índice ordenado segundo a ordem alfabética, a fim de facilitar a descoberta da página das músicas pretendidas.